

**ILMO. SENHOR AGENTE DA LICITAÇÃO DO EDITAL
PROCESSO SIAD: Nº 204/2020**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços diversos - Civil, Hidráulica, Elétrica e afins - com fornecimento de materiais e mão de obra, em edificações ocupadas pelo Ministério Público, nas Regiões Norte, Vales do Mucuri e Jequitinhonha e Leste do Estado de Minas Gerais.

CONSTRUTORA COUTO ALMEIDA LTDA inscrita no CNPJ sob o número: 18.327.016/0001-79, Inscrição estadual 002.169.204.00-30, localizada a Rua João Samaha, 1420 A, bairro São João Batista, Belo Horizonte, MG, CEP31520-100, por intermédio de seu representante legal o Sr. André Luiz Silva Almeida, portador da Carteira de Identidade nº MG-18.636.381 SSP/MG e do CPF nº 140.544.276-00, devidamente qualificada nos autos, na condição de Licitante, por seu representante abaixo assinado, com fulcro no art. 59º, §1ª, da Lei nº 13.303/2016, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face do julgamento que declarou vencedora no Processo de Licitação do EDITAL PROCESSO SIAD: Nº 204/2020, a empresa **CONSTRUTORA CAMPOS & FILHOS LTDA, CNPJ: 15.862.332/0001-52.**

I - BREVE RESUMO DOS FATOS

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, instaurou o Processo Licitatório cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a execução de serviços diversos - Civil, Hidráulica, Elétrica e afins - com fornecimento de materiais e mão de obra, em edificações ocupadas pelo Ministério Público, nas Regiões Norte, Vales do Mucuri e Jequitinhonha e Leste do Estado de Minas Gerais.

Participaram do certame a empresa recorrente CONSTRUTORA COUTO ALMEIDA LTDA e a recorrida CONSTRUTORA CAMPOS & FILHOS LTDA, que foram devidamente credenciadas.

Após a abertura das propostas, a empresa recorrida CONSTRUTORA CAMPOS & FILHOS LTDA foi habilitada e declarada vencedora com o menor preço. Contudo, constatou-se uma série de irregularidades em sua documentação, decorrentes do descumprimento de previsões da legislação e do edital de licitação, que impedem a manutenção de habilitação da empresa recorrida, tornando indispensável a reforma da decisão adotada pela Administração.

II – COMPROVAÇÃO DO DIREITO AO ENQUADRAMENTO DE ME / EPP

Vejamos o que diz o Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, cujo texto segue parcialmente transcrito abaixo (grifos nossos):

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

(Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito
§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 2º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite a que se refere o caput deste artigo será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

§ 3º O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 5º O disposto nos incisos IV e VII do § 4º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio referido no art. 50 desta Lei Complementar e na sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, e em associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 6º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do § 4º, será

excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, bem como do regime de que trata o art. 12, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva.

Destaque-se no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, Inciso II, valor limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) para o enquadramento legal de empresa pequeno porte, todavia não basta a simples análise do faturamento da recorrida CONSTRUTORA CAMPOS & FILHOS LTDA, há que se verificar ainda as demais condições exigidas no § 4º, incisos I, III, IV e V.

Vejam os que o Sr. Eduardo de Almeida Café, Sócio-Administrador da empresa recorrida CONSTRUTORA CAMPOS & FILHOS LTDA, preenche todas as prerrogativas dos incisos III, IV e V, § 4º, Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, vez que participa do quadro societário da empresa CONSTRUTORA GAEME LTDA, na qualidade de Sócio-Administrador, e detentor de capital naquela empresa superior a 10%.

Diante dos fatos acima explanados, se faz necessária comprovação através da apresentação para a devida análise tanto do balanço 2019 quanto dos balancetes do ano corrente, devidamente registrados no órgão competente, de todas as empresas cujo Sócio-Administrador citado, Sr. Eduardo de Almeida Café, participe do quadro societário, visto que segundo o § 4º, inciso V do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, a soma das Receitas Brutas globais de ambas NÃO podem ultrapassar o limite de que trata o inciso II do caput do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Fundamentados ainda pelo § 6º, Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do § 4º, será excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, bem como do regime de que trata o art. 12, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva.

III – APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DIVERGENTES

A empresa recorrida CONSTRUTORA CAMPOS & FILHOS LTDA, apresentou documentos com valores divergentes, verificados através de seu Contrato Social, cujo capital social em sua 4ª Alteração Contratual difere da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica do CREA-MG, sendo estes documentos obrigatórios para apresentação, atualizados e dentro dos prazos de validade no momento adequado, conforme exigências editalícias constantes do **EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO SIAD: Nº 204/2020, 10. DA HABILITAÇÃO, ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS, 4 – Relativa à Qualificação Técnica, 4.1 - Certificado de Registro de Pessoa Jurídica, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). O Certificado deverá estar dentro do prazo de validade.**

IV – AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO HABILITATÓRIO

A empresa recorrida CONSTRUTORA CAMPOS & FILHOS LTDA, deixou de apresentar sua **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União dentro do prazo de validade**, conforme exigências editalícias contidas no **ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS, 2 – Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista, 2.2 – Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, negativa ou equivalente, incluindo contribuições previdenciárias (INSS), fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria MF nº 358/14, Receita Federal do Brasil.**

Reiteramos que todos os documentos de apresentação obrigatória listados no **ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS**, inclusive aqueles acima citados, tem sua exigibilidade expressa nas Cláusulas do Edital PROCESSO SIAD: Nº 204/2020, bem como explícito na Cláusula 7 – Condições para aceitabilidade dos documentos, 7.5 – Os documentos exigidos não poderão ser substituídos por nenhum tipo de protocolo. Destarte, constata-se a **NÃO** aceitabilidade por print / cópia de telas da Receita Federal ou de qualquer outro órgão, em substituição a Certidão / Documento **ORIGINAL** exigido.

Conforme ensina Hely Lopes Meirelles, licitação é “o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos” (in Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros, 19ª ed., p. 247).

Assim, o que se busca efetivamente através da licitação é uma disputa justa entre os interessados concorrentes, com o objetivo final de se obter a oferta mais vantajosa. Para tal, a Administração Pública deve se cercar de garantias do correto cumprimento da obrigação, de forma a selecionar não só o melhor preço, mas a melhor proposta.

Essas exigências são pautadas pelo princípio da legalidade, que, na Administração Pública, implica na autorização de agir apenas conforme determina a lei. Portanto, qualquer descumprimento pela Administração Pública do ordenamento jurídico – incluindo a estrita observância à previsão do Edital e seus anexos – é ilegal, pois deixaria de observar a necessária vinculação.

V - DOS REQUERIMENTOS E PEDIDOS

Ante o exposto, respeitosamente, ao Ilmo. Sr. Agente da Licitação:

- a) REQUER seja recebido o RECURSO pelas razões expostas para seu regular processamento, bem como suspenso curso do processo licitatório;
- b) PEDE, baseado nos fatos e fundamentos ora apresentados, seja dado integral provimento ao recurso interposto pela CONSTRUTORA COUTO ALMEIDA LTDA de forma a declarar a desclassificação da empresa **CONSTRUTORA CAMPOS & FILHOS LTDA, CNPJ: 15.862.332/0001-52**, vez que a licitante não atende aos requisitos para enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, definidos na Lei Complementar nº 123/2006, nem tampouco aos documentos exigidos no Edital, especificamente no ANEXO III, cláusulas 2.2; 4.1; 7.5.
- c) Após, REQUER seja dado curso ao processo licitatório em referência, na forma da Lei e do Edital.

Confiantes de que será DECIDIDO PELO INTEGRAL PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO, por ser medida que se impõe, reiterarmos nossos votos da mais alta consideração e estima.

Nestes Termos,
P. Deferimento,

BELO HORIZONTE, 24 de setembro de 2020.



Construtora Couto Almeida Ltda.
André Luiz Silva Almeida
CI nº MG-18.636.381 SSP/MG